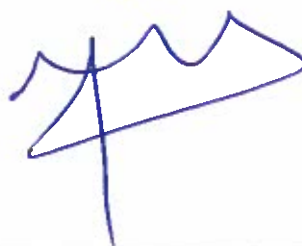


**15. RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO – TROÇO  
2 DA VARIANTE DO CÁVADO:**

Projeto do Troço 2 da Variante do Cávado.

Ao Entro Municipal.

1801.30



**BRAGA**  
Município

Documento nº: I/695/2018

Data Registo: 30-01-2018

Assunto: variante do Cávado - Declaração de interesse público - Declaração de inexistência de alternativa.

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Miguel Mesquita (Eng)

Endereço:

Utilizador: Miguel Mesquita (Eng)

Destinatário: DMUOP

Conhecimentos:

Data: 30-01-2018 10:54:35

Documento: I/695/2018

O processo de reconhecimento de relevante interesse público do projeto do troço 2 da Variante do Cávado, que está em fase de instrução, já adiantada, requer a apresentação pelo município de uma **declaração de inexistência de localização alternativa**, emitida pelo Sr. Presidente da Câmara, e uma **declaração de interesse público do projeto** por parte da Assembleia Municipal. Anexo, em GD e em físico, minutas do que é pretendido para que no primeiro caso possa ser apreciada e, se aprovada, emitida pelo Sr. presidente e no segundo para ser submetida à AM para aprovação.

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Concedo. Ao Sr. Presidente foi submetido  
à apreciação do Executivo Municipal e, após  
a respectiva deliberação, remete à Assembleia  
Municipal ambas as declarações anexas.

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO  
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO  
António Zamith  
Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

30/01/2018



Assunto: Declaração da Câmara Municipal sobre a inexistência de localização alternativa ao Troço 2 da Variante do Cávado, entre Km 3.366 e Km 5.150, e as vantagens ambientais da localização pretendida.

1. Para efeitos da instrução do pedido de reconhecido relevante interesse público do projecto de execução do Troço 2 da Variante do Cávado, entre Km 3.366 e Km 5.150, importa que a entidade promotora do projeto, Câmara Municipal de Braga, declare, ao abrigo da alínea bbb) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, sobre a inexistência de localização alternativa do projecto bem como sobre as vantagens ambientais da localização pretendida.
2. Na declaração solicitada devem constar os seguintes argumentos:

**Declaração de Inexistência de localização alternativa**  
**Variante do Cávado – troço 2 - entre KM 3.366 e KM 5.150**

A Câmara Municipal de Braga, enquanto entidade promotora da construção da “Variante do Cávado”, desde cedo, mais concretamente em sede do PDM de 1994, programou a integração desta infraestrutura na rede viária municipal promovendo igualmente a sua articulação com outras vias que percorrem o concelho, nomeadamente as estradas nacionais ou variantes, ambas sob a jurisdição direta da IP.

Concretamente, neste caso, o traçado que foi adotado ficou desde sempre condicionado, a norte, pela necessidade de cruzar a EN 101, através de uma passagem inferior, no único ponto com viabilidade para o efeito, atendendo à necessária minimização do impacto social inevitável, sobretudo através de habitações afetadas. Acresceu a esta conjuntura particularmente restritiva a necessidade de promover e assegurar uma adequada articulação com a variante às EN 101/201, através de uma rotunda com possibilidade de distribuição dos diversos fluxos de tráfego e suportando todas as mudanças de direção equacionáveis.

No extremo sul, deste troço, a ligação à Av. do Estádio só poderia fazer-se na rotunda já existente e previamente construída com esse desígnio, “encostando” a via à mancha ocupada pela ETAR de Frossos, sendo ainda assim necessária a utilização de uma pequena área afeta a esse equipamento por forma a não prejudicar espaços construídos ou condicionar soluções adequadas para as linhas de água que convergem nesse ponto.

Na fase intermédia do seu percurso, e face à existência de ocupação habitacional dispersa, foi definido o traçado tendo em conta a necessidade de articulação com o CM ... através de rotunda distribuidora e tomando na devida atenção a presença de algumas edificações cuja preservação se pretendia assegurar. Também se procurou evitar qualquer tipo de sobreposição com o leito natural da ribeira de Panoias, garantindo assim a integridade deste valioso elemento natural.

Do ponto de vista ambiental deve referir-se que a delimitação das reservas nacionais, agrícola e ecológica, em sede da segunda revisão do PDM, tiveram desde logo em consideração o traçado previsto para esta via.

De particular interesse neste âmbito é o “Estudo de Ordenamento e Regularização da Ribeira de Panoias – projeto de licenciamento”, de 2007, que traduz a preocupação municipal no controle do risco de cheia na bacia hidrográfica da Ribeira de Panoias, contemplando e conciliando a necessária regularização do rio Torto com as obras inerentes à variante.

Em 2016 o “ Estudo Complementar ao Estudo de Ordenamento e Regularização do rio Torto e ribeira de Panoias – troço 1”, com parecer favorável da APA, compatibiliza já o projeto do troço 2 da variante com as medidas de controlo de cheias nas áreas mais sensíveis.

O traçado final da Variante do Cávado, respeitando normas técnicas em vigor, é por isso o que resulta da compatibilização dos objetivos próprios da via enquanto infraestrutura suporte de uma significativa melhoria das condições de circulação de toda a área norte/poente do concelho, com o elevado número de condicionantes existentes, entre as quais a minimização dos impactes ambientais associados, não se vislumbrando alternativas sustentáveis que pudessem vir a ser consideradas.

**Assunto: Reconhecimento de interesse público do projecto do Troço 2 da Variante do Cávado, entre Km 3.366 e Km 5.150**

1. O Troço 2 da Variante do Cávado incide parcialmente sobre áreas de Reserva Ecológica Nacional, e nos termos do disposto no artigo 21º desse regime jurídico, Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro, impõe-se a obtenção do reconhecimento de relevante interesse público do projeto por membro do governo responsável pelas áreas do ambiente e ordenamento do território.
2. Constitui documento instrutório desse procedimento uma declaração da Assembleia Municipal que reconheça o interesse público do projecto.
3. Neste contexto informa-se:
  - a. A Variante do Cávado é uma via municipal prevista desde 1994 para escoamento de tráfego de atravessamento e pesado, com o intuito de melhorar a acessibilidade a 4 das principais zonas industriais do concelho (Frossos, Pitancinhos, Adaúfe e Navarra), e das freguesias do nordeste do concelho ao centro da cidade.
  - b. A previsão do seu traçado resulta do reconhecimento da incapacidade da EN 205-4 assegurar as adequadas condições de mobilidade e segurança rodoviária, e do seu alargamento estar irremediavelmente comprometido pela envolvente densamente construída.
  - c. O projeto de execução do Troço 2 da Variante do Cávado foi aprovado em 12 de setembro de 2008.
  - d. Já se reconheceu a utilidade pública para expropriação de algumas parcelas necessárias à sua execução (declaração n.º 70/2009, publicada no Diário da República n.º 43, 2ª Série, de 3 de março).
  - e. O mérito do seu traçado subsiste por inexistência de traçado alternativo ou de qualquer outra solução urbanística que possa responder aos objetivos enunciados na alínea a).
  - f. Obteve pareceres favoráveis da APA/ARHNorte e da ERRAN.
4. Atendendo aos argumentos supra elencados solicita-se a emissão de declaração da Assembleia Municipal a reconhecer o interesse público do projecto de execução do Troço 2 da Variante do Cávado, ao abrigo dos artigos 24º, 25º n.º 2 alínea j) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual.